

A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM ESCOLAS NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS: Um olhar sobre o desafio da inclusão.

Gabriela Santos de Oliveira¹

Orientador do Trabalho: Assunção José Pureza Amaral²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar os desafios da educação inclusiva em comunidades quilombolas, com foco no atendimento a crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), evidenciando as múltiplas barreiras enfrentadas nesse contexto. Essas comunidades lidam com marcadores sociais como o racismo estrutural, o capacitismo e as desigualdades socioeconômicas, que comprometem o acesso a uma educação de qualidade e inclusiva. A pesquisa busca compreender as dificuldades enfrentadas por educadores, famílias e lideranças locais para garantir o direito à inclusão, considerando fatores como a ausência de diagnóstico precoce, a escassez de profissionais especializados, a carência de políticas públicas eficazes e o despreparo docente quanto às abordagens inclusivas e antirracistas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e entrevistas com professores, mães de crianças autistas, coordenadores pedagógicos e lideranças da Comunidade Quilombola localizada no município de Santa Izabel-PA. O referencial teórico articula autores como Maria Teresa Eglér Mantoan, Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga e Lucelmo Lacerda, que discutem a educação inclusiva, a educação quilombola, o antirracismo e as especificidades do TEA. Os resultados apontam a urgência de investimento na formação continuada de professores, na valorização dos saberes locais e no fortalecimento das políticas públicas intersetoriais que respeitem as especificidades culturais e educacionais das comunidades quilombolas. A pesquisa reforça a necessidade de práticas pedagógicas que aliem inclusão e reconhecimento da identidade étnico-racial, contribuindo para uma educação mais justa, equitativa e transformadora.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Comunidade Quilombola, Autismo, Diversidade, Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO:

E, quando tratamos de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e comunidades quilombolas no processo inclusivo, as escolas apresentam certas dificuldades, principalmente o desconhecimento dessa deficiência, marcadores sociais como racismo estrutural, o capacitismo e as desigualdades socioeconômicas, que comprometem o acesso a uma educação de qualidade e inclusiva. Nesse contexto, a pesquisa busca compreender como acontece a inclusão dos alunos, quais são as ações, programas e dificuldades que as comunidades enfrentam localizadas no município de Santa Izabel do Pará.

O fundamento metodológico deste estudo retrata que muitos autores acerca desta temática, evidencia a relevância da discussão sobre a educação inclusiva no contexto das comunidades quilombolas, ressaltando que a inclusão não deve ser vista apenas como uma prática pedagógica, mas como um direito fundamental. Conforme destaca Mantoan (2015), a inclusão escolar é um direito inalienável, o que reforça a necessidade de garantir o acesso e a permanência de todos os estudantes — incluindo aqueles com deficiência — em um ambiente educacional que valorize a diversidade e promova a equidade.

Ao destacar igualdade social e vivências Nilma Lino Gomes, que discute sobre a luta pela garantia de direitos das crianças

“É importante reconhecer que as crianças quilombolas enfrentam desafios significativos, como a discriminação étnico-racial, a falta de acesso a serviços básicos como saúde e educação de qualidade, e a ameaça constante de deslocamento de suas terras ancestrais.” (Gomes, 2015, p. 338)

Sua fala aborda que a luta pela inclusão educacional vai além do espaço escolar, envolvendo também o reconhecimento das condições sociais, culturais e territoriais que afetam esses sujeitos. Assim, a educação deve ser compreendida como um instrumento de resistência e emancipação, capaz de promover igualdade social, valorização das identidades quilombolas e o respeito aos direitos humanos. Trago também Kabengele Munanga, pois

“Para ele, educação e formação de boa qualidade oferecem a chave e a garantia de competitividade a todos os brasileiros, [...] a inclusão dos estudantes que, por razões históricas e culturais, ainda encontram barreiras. (Supremo Tribunal Federal, 2010.)

Assim, sua reflexão dialoga com a ideia de que a educação não apenas forma indivíduos, mas também transforma realidades, sendo um caminho fundamental para a

construção de uma sociedade mais equitativa e plural. Além disso, Lucelmo Lacerda demonstra essa distância que há entre a lei e a realidade, apesar da legislação garantir direitos tanto para a educação inclusiva quanto para a educação quilombola, a prática falha em se concretizar, especialmente em contextos de vulnerabilidade: "Existe a lei. No papel está tudo garantido. A gente quer que a prática seja efetivamente o que a lei está pedindo." (aula -Aumento [...], 2025, 00 min 15 seg). apresenta a lacuna entre o que está previsto na legislação e o que realmente acontece nas práticas educacionais.

A questão de quais são as dificuldades enfrentadas por educadores, familiares e lideranças do locais para garantir o direito à inclusão, considerando fatores como a ausência de diagnóstico precoce, a escassez de profissionais especializados, a carência de políticas públicas eficazes e o despreparo docente quanto às abordagens inclusivas e antirracistas. Desse modo, na Comunidade Quilombola de Macapazinho e na Comunidade Quilombola do Espírito Santo do Itá vem de um questionamento, de como ocorre o processo de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas das comunidades quilombolas, considerando as barreiras sociais, culturais e estruturais que ainda dificultam a efetivação dos direitos garantidos por lei?

Nessas comunidades não possuem escolas que atuem dentro do território, as crianças são atendidas em escolas em outras comunidades na área rural do Município de Santa Izabel do Pará. Onde, há somente duas escolas de Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Dessa maneira, a abordagem de Rodrigues e Amaral (2022, p.124)

“Para muitas pessoas, a zona rural (campo) é vista como lugar de atraso, onde nada parece funcionar e ter qualidade. E quando a pauta é educação escolar, a percepção é mais distante, pois enquanto sujeitos do campo e consequentemente alunos, educadores somos vistos como seres invisíveis, sem história, sendo que nossa maneira de viver não é respeitada, as escolas não refletem nossas identidades, os currículos não contemplam a diversidade e especificidade dos sujeitos camponeses.” (Amaral, p. 124)

A invisibilidade histórica enfrentada pelas populações do campo, incluindo as comunidades quilombolas, no contexto educacional. Ao apontarem que essas comunidades são vistas como lugares de atraso e desvalorização, os autores destacam a ausência de reconhecimento das identidades, saberes e modos de vida desses sujeitos. Essa reflexão dialoga diretamente com o desafio da inclusão de crianças com TEA nas comunidades

quilombolas, pois a exclusão não ocorre apenas pela deficiência, mas também por fatores sociais, culturais e territoriais. Assim, reforça a necessidade de uma educação que valorize as especificidades locais e promova uma prática pedagógica realmente inclusiva, que reconheça a diversidade.

A partir desse contexto, esta pesquisa levanta o seguinte problema: Apesar das legislações assegurarem o direito à educação inclusiva e quilombola, ainda há uma distância significativa entre o que está previsto nas políticas públicas e a realidade vivenciada por crianças com TEA nas comunidades quilombolas. Com base nisso, o objetivo principal deste artigo é retratar a realidade dos fatores negativos dos desafios da educação inclusiva nas comunidades quilombolas de uma cidade metropolitana com foco em crianças autistas.

A realização da pesquisa no contexto sobre os desafios de responsáveis, familiares, professores e lideranças é de grande relevância por buscar compreender os desafios e avanços da inclusão de crianças com TEA em comunidades quilombolas, contribuindo para a reflexão sobre práticas pedagógicas mais justas, antirracistas e inclusivas. Além disso, permite dar visibilidade às vozes dessas comunidades e fortalecer a luta por políticas públicas que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência e o respeito à diversidade cultural e humana no espaço escolar.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada, uma abordagem qualitativa, com o objetivo da realização de relatar os desafios enfrentados por pais, familiares, professores e lideranças de comunidades quilombolas sobre a educação inclusiva de alunos com Transtorno do Espectro Autista (T.E.A) em escolas em que são atendidas e como lidam com algumas barreiras, a pesquisa utiliza se aplicação de instrumento de coletas de dados (entrevista semiestruturadas), em duas escolas da rede municipal de Santa Izabel do Pará que atende os alunos do campo e diversas comunidades próximas.

A entrevista foi realizada com 2 (duas) profissionais: 1 (uma) professoras titular da escola, 01 (uma) Liderança da Comunidade de Macapazinho que também é graduanda de Pedagogia. A importância metodológica da entrevista como instrumento de pesquisa qualitativa, especialmente quando aplicada em contextos comunitários, como o de Macapazinho. A diversidade dos participantes — professoras, liderança local e moradoras — enriquece o estudo, pois permite múltiplos olhares sobre a temática investigada.

No entanto, o objetivo da entrevista é ouvir diferentes realidades e visões de espaços específicos na qual, destacando quais são as principais dificuldades enfrentadas por essa população. A escolha dessas comunidades, foi a partir de um “Programa de Extensão e Pesquisa Universidade no Quilombo”, um projeto que tem o objetivo de exercício de responsabilidade, recriação e re-significação do ambiente e seus projetos de levar às comunidades próximos da Universidade Federal do Pará, campus Castanhal, onde são desenvolvidas atividades por alunos bolsista de pedagogia e voluntários do projeto.

Desse modo, através de estágio remunerado disponibilizado pela prefeitura do município. Em que os estagiários de pedagogia atuam como mediadores de crianças com deficiência. Com orientação de professores titulares, e psicopedagogos da S.A.E.E (Serviço de Atendimento Educacional Especializado) e formações que a prefeitura disponibiliza para orientar os estagiários. E, a partir dessa experiência de atuação como mediador de crianças autistas no centro da cidade em que há diversas ações e programas voltada para educação especial desenvolvidas pela SEMED, porém, não ocorre essa atuação da prefeitura na área rural do município e nem disponibiliza vaga para estágio nas escolas do campo.

Desse modo, as diversas revisões sistematizadas de artigos entrevistas, palestras e estudos desenvolvidos na área de interesse, direcionado a atenção para um referencial bibliográfico envolvendo a questão central que permeou o desenvolvimento desta pesquisa desenvolvida de 2024 e 2025: *Como ocorre o processo de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas das comunidades quilombolas, considerando as barreiras sociais, culturais e estruturais que ainda dificultam a efetivação dos direitos garantidos por lei?* A fim de responder ao questionamento e ao objetivo da pesquisa realizada, analisamos diferentes estudos de autores que abordam está temática no Brasil.

Nos Quilombos, durante o estudo efetivado a pesquisa na Comunidade Quilombola de Macapazinho e na Comunidade Quilombola de Espírito Santo do Itá no Município de Santa Izabel, voltado aos moradores o que permitiu adentrar em um universo de crianças, jovens e adultos negros a uma cultura singular, onde um povo de cultura afro-brasileira, o qual vive a valorização e ressignificação de memórias estabelecidas por geração, como as ações afirmativas engendradas em um processo de lutas pelo direito étnico-racial. Na qual, a educação quilombola enfrenta desafios como enfatiza Rodrigues e Amaral (2022, p.124);

A educação nos dias atuais caminha entre conquistas, perspectivas e desafios, pois ter acesso à educação, principalmente de qualidade, é algo que não alcança a todos, sendo que o desenvolvimento de uma educação significativa não depende somente dos professores, pois muitos são os fatores que interferem no acesso e desenvolvimento de uma educação de qualidade, porém decisões respeito necessitam a serem tomadas, principalmente em relação aos professores do campo, e mais especificamente das escolas quilombolas que enfrentam inúmeras dificuldades para desenvolver um ensino de qualidade.

Desse modo, os autores ressaltam que essas dificuldades não se restringem ao trabalho dos professores, mas envolvem uma série de fatores que afetam o desenvolvimento educacional, como recursos escassos, políticas públicas insuficientes e condições adversas enfrentadas pelas escolas dessas comunidades. Portanto, a luta por uma educação quilombola de qualidade se conecta com a luta pelos direitos étnico-raciais, com ações afirmativas sendo essenciais para garantir que essas comunidades tenham as condições necessárias para desenvolver um ensino que valorize sua cultura e história, ao mesmo tempo que atenda às necessidades contemporâneas

REFERENCIAL TEÓRICO

Os desafios são diversos enfrentados na educação, e quando tratamos em analisar essa situação de vulnerabilidade em quilombos é a questão de pensar na possibilidade de ter indivíduos com deficiência nessas comunidades, onde a educação é desenvolvida no campo, que apresentam certas precariedade, muitas das vezes na estrutura das escolas, formação dos professores, recursos didáticos, e entre outros. Segundo, Rodrigues e Amaral (2022, p.130) “As populações do campo na Amazônia sofrem com déficit de políticas públicas, reformas, incentivos, financiamento, formação produtiva, saúde, educação, habitação, segurança, assistência, etc. que contemplem a diversidade cultural do território brasileiro.”

A ausência de políticas públicas efetivas e de investimentos adequados amplia as desigualdades sociais e educacionais no campo, especialmente na Amazônia. Nesse contexto, pensar a inclusão de pessoas com deficiência em escolas quilombolas exige uma reflexão, pois, a educação inclusiva nesses espaços não deve ser vista apenas como um direito legal, mas como um compromisso social e político com a equidade e o respeito à diversidade.

E quando se trata da inclusão de crianças autistas em um quilombo, por exemplo, desafia o sistema educacional a ir além do modelo tradicional de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Impõe-se a necessidade de formação de mediadores e professores que não só compreendam as especificidades do Transtorno do Espectro Autista (TEA), mas que saibam, sobretudo, integrar os apoios pedagógicos à cosmovisão, aos ritmos comunitários e aos saberes culturais do quilombo, garantindo que o direito à diferença (neurodiversidade) não seja silenciado pela luta étnica, mas sim fortalecido por ela, tornando a educação um ato de dupla resistência: contra o racismo e contra o capacitismo.

“ A história da educação é construída sob o signo fundamental da exclusão, seja por sua exclusividade a grupos específicos, definidos em burocracia, aparatos religiosos ou estamentos, seja pela proibição de acesso a grupos como pobres, mulheres, negros, estrangeiros, entre outros, sendo a última fronteira da exclusão a da pessoa com deficiência. (Lacerda,2020, p. 1)

O percurso histórico traçado pelo autor – da exclusividade à marginalização de grupos como negros, pobres e mulheres, culminando na exclusão da pessoa com deficiência como 'última fronteira' – é o arcabouço que justifica a urgência da inclusão radical. Se a história nos ensina que a educação sempre foi um mecanismo de poder e seleção, a verdadeira inclusão deve ser um ato contínuo de reparação histórica. A luta contemporânea, como a de uma criança autista em um quilombo, não é apenas um desafio pedagógico, mas sim um esforço para romper a cadeia de silenciamentos que, historicamente, se abateu sobre grupos étnicos e, de forma sequencial, sobre a diferença funcional.

Assim, a inclusão plena se concretiza quando se desmantelam todas as fronteiras, fazendo da escola não mais um aparelho de exclusão, mas sim o principal agente na construção de uma herança social autenticamente plural e equitativa.

A inclusão escolar não é um processo isolado, mas parte de uma luta social mais ampla por justiça e igualdade. Nesse sentido, promover a inclusão nas escolas quilombolas da Amazônia implica compreender que a educação deve dialogar com as especificidades culturais e territoriais dessas comunidades. É preciso investir na formação dos professores, em recursos pedagógicos acessíveis e em políticas intersetoriais que garantam o atendimento adequado aos estudantes com deficiência. Nesse contexto, reforça-se o papel fundamental do

professor não só como transmissor de conhecimento, mas como um mediador ativo, que constrói uma ponte entre o aluno e o ambiente escolar.

Isso, como o Documento Subsidiário da política de inclusão (2005, p. 25) reforça que: “a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais produz impasses no cotidiano escolar que exigem um constante repensar das práticas pedagógicas é importante a análise de alguns aspectos do contexto atual da inclusão no país”. Portanto, confirma-se que a atualização constante do professor é indispensável para lidar com a complexidade do ensino inclusivo, proporcionando um espaço educacional mais justo e adaptado para todos.

O reconhecimento da necessidade constante dos professores é crucial para enfrentar os desafios do ensino inclusivo, especialmente ao lidar com alunos que possuem Transtorno do Espectro Autista (TEA). Mantoan (2015, p. 81) afirma a importância de, “formar o professor na perspectiva da educação inclusiva implica ressignificar o seu papel, o da escola, o da educação e o das práticas pedagógicas usuais”. Esse processo de formação, não apenas capacita os educadores a implementar práticas pedagógicas mais eficazes, mas também os ajuda a entender as particularidades do desenvolvimento humano típico e atípico.

“No caso da diversidade étnico-racial, é importante entender que os avanços que essa tem vivenciado no campo da política educacional e na construção da igualdade e da equidade mantêm relação direta com as lutas políticas da população negra em prol da educação ao longo dos séculos” (Gomes, 2011)

Portanto, a autora ressalta que a inclusão e a valorização da diversidade étnico-racial na educação brasileira não são conquistas espontâneas, mas resultado de lutas históricas e políticas da população negra pela igualdade e pela equidade. Essa reflexão é essencial quando se analisa a realidade das escolas quilombolas, pois evidencia que o direito à educação de qualidade é fruto de resistência e reivindicação social.

Nessa mesma perspectiva, Rodrigues e Amaral (2022, p.137) aborda que:

“As comunidades quilombolas são um dos diversos espaços nos quais as pessoas se constroem social e culturalmente, pois são formadas por indivíduos com maneira própria de ver e enxergar o mundo, com história, cultura e costumes próprios, sendo que por meio destes se desenvolvem educacionalmente e de acordo com as relações ali estabelecidas.” (Amaral, p.137.)

Essa compreensão é essencial para promover uma educação contextualizada, que valorize a identidade e a autonomia desses povos. Pois reafirma a ideia e Gomes (2023) acrescenta que as crianças quilombolas “[...] aprendem desde cedo a importância de viver em harmonia com a terra e com os outros membros de sua comunidade, cultivando valores de solidariedade, empatia e responsabilidade coletiva.” Essa visão, sintetiza o verdadeiro sentido da inclusão: formar sujeitos conscientes de si e do outro, que reconhecem a diversidade como riqueza e constroem, juntos, caminhos para uma sociedade mais justa, empática e plural.

Segundo (MUNANGA, 1986, p. 23), “é através da educação que a herança social de um povo é legada às gerações futuras e inscritas na história”. Nesse sentido, a educação inclusiva transcende a simples adaptação pedagógica; ela assume o papel crucial de revisitar criticamente a 'herança social' transmitida, desconstruindo preconceitos e silenciamentos históricos. Ao fazê-lo, garante que a diversidade não seja apenas tolerada, mas integrada como parte vital e legítima do legado a ser inscrito na história, empoderando todos os sujeitos a serem, simultaneamente, herdeiros e autores da sociedade justa e plural que se deseja construir.

Diante o estudo que articula a precariedade estrutural das escolas quilombolas da Amazônia em que é necessária resistência contra o racismo e o capacitismo, e reforça o papel da educação como transmissora da herança social, conclui-se que o verdadeiro desafio da inclusão reside na interseccionalidade das lutas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A abordagem da pesquisa exploratória e qualitativa, que foi realizada por meio da aplicação de relatos, entrevistas com professores, liderança e moradores das comunidades: Quilombola de Macapazinho e na Comunidade Quilombola do Espírito Santo do Itá, no município de Santa Izabel -PA. No entanto, a realização da pesquisa de observação e conversação na escola E.M.E.I São Francisco do Itá em Santa Izabel - PA.

Portanto, para efetuar a entrevista tivemos acesso ao diálogo com uma professora titular da instituição, para efetuar a pesquisa, desse modo, utilizaremos também os relatos da liderança da comunidade de Macapazinho que contribuiu para pesquisa com a visão dos moradores da comunidade. A entrevista foi realizada somente com uma professora da escola e a liderança da comunidade

Através da pesquisa soubemos que atualmente o município ainda não reconheceu nenhuma escola dentro dos territórios como “Escola Quilombola neste município” e que os moradores estão em busca desse reconhecimento para que haja práticas pedagógicas sejam voltadas à valorização da cultura afro-brasileira e à preservação da identidade quilombola. No entanto, só obtém duas escolas na área rural e que atendem as comunidades.

Com relação a entrevista realizada com a professora sobre a temática do estudo. Foi questionado quais os principais desafios enfrentados pela escola para o atendimento e a inclusão de alunos com TEA?: sua seguinte resposta;

“Os principais desafios enfrentados pela escola no atendimento e inclusão de alunos com TEA estão relacionados à falta de formação específica dos profissionais, o que muitas vezes dificulta a adaptação das práticas pedagógicas às necessidades individuais de cada aluno. Outro desafio é a carência de recursos e materiais adequados, como apoio visual, tecnologias assistivas e espaços sensoriais que favoreçam o desenvolvimento e a socialização. Além disso, há a necessidade de maior apoio de equipes multidisciplinares, que possam orientar o trabalho pedagógico e oferecer acompanhamento especializado. Em comunidades do campo, como as quilombolas, esses desafios se ampliam pela distância e dificuldade de acesso a serviços especializados.”

Diante a resposta, percebe-se que os desafios com aborda Rodrigues e Amaral (2022, p.130);

”Um dos maiores problema a ser enfrentado pelas escolas do campo é o de desenvolver uma educação que atenda os objetivos e anseios dos povos que compõem os territórios campestres, pois estes desejam mais que uma escola dentro de seus territórios, almejam que esta reflita suas práticas, maneiras de viver, seus costumes, suas identidades. Pelo fato de o ensino, em muitas dessas escolas, não levar em consideração a realidade local, a educação escolar acaba por não responder às expectativas do povo e os alunos são levados a

não progredirem adequadamente no ensino, acarretando outros prejuízos”(Amaral, p. 130)

O relato da professora quanto a reflexão e dos autores se converge ao evidenciar a falta de preparo das escolas para atender de forma efetiva às especificidades dos alunos com TEA em comunidades do campo, como as quilombolas. Os desafios ultrapassam a ausência de formação docente e recursos materiais, alcançando também a necessidade de uma educação contextualizada, que valorize as práticas culturais e o modo de vida local. Logo, foi questionado se existe dificuldades no atendimento às crianças autistas? Quais são?: a resposta da professora;

“Sim, existem dificuldades no atendimento às crianças autistas, especialmente quando faltam recursos e formação adequada. Um dos principais desafios é compreender as diferentes formas de comunicação e comportamento que cada criança apresenta, já que o TEA é muito diverso. Muitas vezes, o professor precisa encontrar estratégias individualizadas para favorecer a participação e o aprendizado. Também há dificuldades na adaptação das atividades e do ambiente escolar, que nem sempre estão preparados para atender às necessidades sensoriais e emocionais desses alunos. A ausência de profissionais de apoio e acompanhamento especializado, como mediadores, psicólogos e terapeutas, torna o processo ainda mais desafiador. Apesar disso, com empatia, paciência e formação continuada, é possível superar essas barreiras e oferecer uma educação mais inclusiva, que respeite o ritmo e as potencialidades de cada criança.”

Ao observar, sobre o relato da professora percebe-se essa carência do poder público de proporcionar às escolas do campo estas oportunidades. Demonstra, a importância da formação continuada para professores, especialmente para lidar com as necessidades educacionais especiais, e autores como Paulon, Freitas e Pinho (2005), que sublinham como essa formação se torna essencial para a atualização pedagógica e para a prática docente eficaz. A carência dessa formação acaba criando uma "lacuna" que dificulta o acesso a novas abordagens e conhecimentos necessários para atender os alunos com necessidades especiais.

Além disso, a entrevista realizada com a Liderança da Comunidade de Macapazinho, foi abordado os seguintes questionamentos. Existem crianças com TEA matriculadas nas escolas? Como a comunidade lida com isso?: a sua resposta foi: “Existem algumas crianças com TEA matriculados na escola, as famílias e professores procuram compreender e apoiar essas crianças, mas a falta de profissionais especializados dificultam um atendimento mais adequado.”.

Um dos principais desafios em comunidades quilombolas é a carência de profissionais com formação específica em educação especial e TEA. O vídeo aborda essa questão de forma geral: "Se a legislação é muito clara, o que falta, então, é o preparo dos profissionais para lidar com essas necessidades." (Aula - aumento [...], 2025, 00 min 27 seg). Desse modo, questiona-se também se as escolas e a comunidade recebem algum tipo de apoio de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva e quilombola?:

“Sim, porém é muito limitado. A escola recebe algumas orientações da secretaria de Educação e participa de formações oferecidas pelo município, porém ainda necessita de um acompanhamento mais constante e políticas públicas efetivas para integrar a educação inclusiva e a educação quilombola.”

Como destaca Sousa et al (2016) ressalta que é necessário a implantação de políticas públicas que assegurem as populações do campo uma educação que leve em consideração o seu modo de viver e o lugar no qual residem, fazendo assim com que o aprendizado desenvolvido na escola tenha parceria com a experiência de vida adquirida no campo e "um estreito compromisso político" com as pessoas pertencentes a este espaço.

Desse modo, o que você considera essencial para melhorar a inclusão escolar das crianças com autismo nesta comunidade?

“Investir na formação dos professores, garantir profissionais de apoio especializados, materiais adaptados, além disso é importante que o poder público amplie as políticas voltadas para a Educação quilombola inclusiva, reconhecendo que a diversidade é uma riqueza que deve ser celebrada.”

As respostas da liderança revelam um esforço coletivo entre famílias, professores e escolas para acolher as crianças com TEA, mesmo diante das limitações estruturais e da escassez de profissionais especializados. Os autores citados destacam que a urgência em preparar adequadamente os profissionais e em reconhecer os povos quilombolas como sujeitos de direitos, garantindo-lhes uma educação que una a inclusão à valorização cultural. Assim, fortalecer políticas públicas específicas e investir na formação docente são passos essenciais para uma educação verdadeiramente inclusiva e contextualizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas comunidades quilombolas representa um desafio complexo, atravessado por fatores históricos, sociais, econômicos e culturais. Constatou-se que, embora a legislação brasileira assegure o direito à educação inclusiva e à valorização da diversidade étnico-racial, há um distanciamento entre o que está previsto nas políticas públicas e a realidade vivenciada pelas escolas do campo e pelas comunidades quilombolas.

As entrevistas e análises revelaram que a ausência de profissionais especializados, a falta de formações continuadas e a escassez de recursos pedagógicos adequados comprometem o processo inclusivo. Contudo, também foi possível perceber o esforço coletivo de professores, famílias e lideranças comunitárias que, mesmo diante das adversidades, buscam garantir o acolhimento e o aprendizado das crianças com TEA, reafirmando o valor da empatia, da solidariedade e da resistência.

Verificou-se que a educação inclusiva em contextos quilombolas precisa ir além da adaptação pedagógica; deve integrar-se aos saberes locais, à cosmovisão e à identidade cultural dessas comunidades, de modo que a inclusão se torne um ato de reconhecimento e reparação histórica. É fundamental, portanto, que políticas públicas intersetoriais sejam fortalecidas e que o poder público invista em infraestrutura, acessibilidade e formação de professores sensíveis à diversidade cultural e humana.

Dessa forma, o estudo reafirma que a verdadeira inclusão se concretiza quando o direito à diferença é garantido e valorizado, e quando a escola se torna um espaço de transformação social, capaz de unir a luta contra o racismo e o capacitismo em prol de uma educação mais justa, equitativa e emancipadora.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. J. P. **Quilombo now: O Dossiê da Black Amazon**: Castanhal, PA, UFPA, Faculdade de Letras: UFPA, Faculdade de Pedagogia; Vol. 2, p. 152, 2022

AULA - **aumento de autismo** - 11 a cada 31 crianças - CDC 2025 (Dr. Lucelmo Lacerda). {S. I.: s. n.}. 2025. 1 video (1 h 52 min 30 seg). Publicado pelo canal Luna ABA. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/9oZRmBWlv4?si=BalpPgEBGCAiVy-4> Acesso em 19 de outubro de 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração das pessoas portadoras de Deficiência, 1994.

FREITAS, M. T. A.; PAULON, S. M.; PINHO, M. J. de. **Formação de professores e práticas pedagógicas inclusivas**. São Paulo: Cortez, 2005.

GOMES, Nilma Lino; ARAÚJO, Marlene de (orgs.) **Infâncias Negras: vivências e lutas por uma vida justa**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2023, p 208.

LACERDA, Lucelmo. **A inclusão escolar de pessoas com autismo: entre a lei e a realidade**. São Paulo: Memnon, 2020.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 12. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1986.

STF, Supremo Tribunal Federal. **Kabengele Munanga diz que políticas de cotas podem corrigir quadro gritante de discriminação no Brasil**. STF, Supremo Tribunal Federal, 2010. Disponível em:

<https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/kabengele-munanga-diz-que-politicas-de-cotas-podem-corrigir-quadro-gritante-de-discriminacao-no-brasil/>. Acesso em 10 de set. 2025.

SOUSA, Maria de Fátima; et al. **Educação do campo e políticas públicas: desafios e perspectivas**. Brasília: MEC, 2016.